



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

BRENNO GABRIEL DE SOUSA RODRIGUES

ENTRE O REAL E O VIRTUAL: A implantação da Universidade Aberta do Piauí
2006-2012

PICOS-PI

2013

BRENNO GABRIEL DE SOUSA RODRIGUES

**ENTRE O REAL E O VIRTUAL: A implantação da Universidade Aberta do Piauí
2006-2012**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

PICOS-PI

2013

Eu, **Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 24 de setembro de 2013.

Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues.
Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R696e Rodrigues, Brenno Gabriel de Sousa.
Entre o real e o virtual: a implantação da Universidade Aberta do Piauí (2006 – 2012) / Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (46 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

1.História. 2.Educação à Distância. 3.Universidade Aberta do Brasil - Implantação. I. Título.

CDD 370.981 22

BRENNO GABRIEL DE SOUSA RODRIGUES

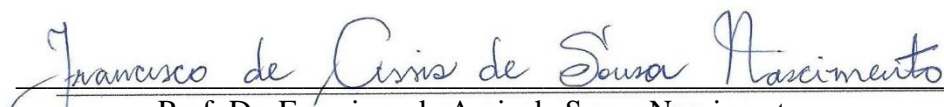
**ENTRE O REAL E O VIRTUAL: A implantação da Universidade Aberta do Piauí
2006-2012**

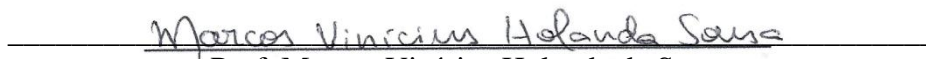
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

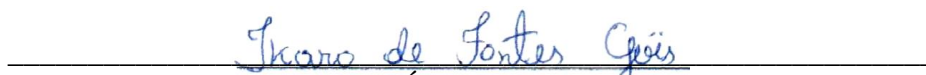
Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

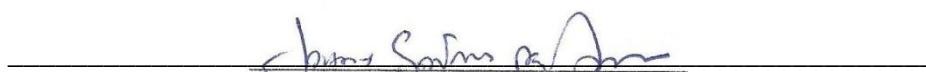
Aprovada em: 23 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Orientador


Prof. Marcos Vinícius Holanda de Sousa
Examinador Interno


Prof. Esp. Íkaro de Fontes Góis
Examinador Externo


Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
Suplente

Dedico este trabalho a meu Deus que tudo pode e me deu o dom precioso da vida, a minha família por ter me ajudado a superar tantas dificuldades principalmente aos meus pais e meus irmãos pelos sacrifícios e por sempre me incentivarem a não desistir dos meus sonhos, aos meus amigos e professores pela ajuda nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

À Deus! Eu te exalto senhor, por que realizaste o meu grande sonho. Sei que só alcancei esta vitória por causa do seu amor e da sua infinita misericórdia, e a todos que me ajudaram a enfrentar as barreiras encontradas no decorrer deste curso. Aos meus pais que me revestiram de amor e dedicação e me ofertou algo que jamais será tirado: o estudo, o conhecimento. Aos meus irmãos pelo companheirismo e amizade, aos mestres que compartilharam com minhas ideias e com minha formação profissional, ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Nascimento pelos ensinamentos e compreensão em alguns momentos, aos brothers pela amizade sincera muito obrigado, esta vitória é também de vocês.

Todo conhecimento começa com o sonho. O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina. Brota das profundezas do corpo, como a água brota das profundezas da terra.

Rubem Alves

RESUMO

Entendemos que a Educação a Distância está cada vez mais presente nas instituições de ensino. O estudo nos possibilitou verificar o quanto a Universidade Aberta do Piauí tem se expandido nos últimos anos, e transformando a vida de muitas pessoas. Com isso esse trabalho apresenta um apanhado histórico sobre a Universidade Aberta do Piauí a partir da sua fundação em 2006 até os dias atuais, rodeando as principais atividades implantadas por este programa e a importância desta modalidade de ensino estar presente em várias cidades do estado, como afirma alguns dos entrevistados.

Palavras-chave: História. Educação à Distância. Universidade Aberta do Brasil. Implantação. Universidade Aberta do Piauí.

ABSTRACT

We understand that distance education is increasingly present in the educational institutions. The study allowed us to check how the Open University of Piauí has expanded in recent years, and transforming the lives of many people. Thus this paper presents a historical overview of the Open University of Piauí from the year 2006 to the present day, surrounding the main activities implemented under this program and the importance of this type of education to be present in various cities of the state, as some states of respondents.

Keywords: History. Distance Education. Open University of Brazil. Deployment. Open University of Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Curso de Evangelização em Teresina - PI.....	33
Figura 02: Turma de Teresina, formada pelo Curso Piloto em 2010.....	36
Figura 03: Resolução do CEPEX N° 196/06.....	37
Figura 04: Organização das coordenações, diretoria e secretarias do CEAD/UFPI	38
Figura 05: Professora Fátima Barros no laboratório de informática do polo de apoio presencial de Valença do Piauí	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROCESSO HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL E NO MUNDO	17
1.1 A EaD no mundo	17
1.2 A EaD no Brasil.....	20
1.3 Prospecções e perspectivas futuras: a EaD nos dias atuais	22
2 A IMPLANTAÇÃO DA UAB	25
3 O DESENVOLVIMENTO DA EAD NO PIAUÍ.....	33
3.1 A EaD ganha força: a implantação da Universidade Aberta do Piauí.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

[...] ao escrever, estou sob a mirada de muitas leituras. Acho-me numa interlocução de muitas vozes que me agitam, conduzem, animam, perturbam. É isso que faz meu escrever uma interlocução de muitas vozes, uma amplificação de perspectivas, abertura de novos horizontes, construção de saberes novos.

Mario Osório Marques

A partir da abertura de um polo da UAPI em Valença do Piauí, comecei a observar que muitas pessoas começaram a ter acesso ao Ensino Superior, pessoas que, devidos a motivos de trabalho e de vida, muito provavelmente não iriam ter a oportunidade de se graduar em um curso inteiramente presencial, mas que, com a abertura deste polo, pode proporcionar essa conquista para muitos. Com isso cada vez mais esse tema foi me seduzindo, daí nasce a vontade de pesquisar sobre a Educação a Distância (EaD) e a UAPI

A EaD possibilitou o acesso ao ensino superior por parte daqueles que não podiam se deslocar para outras cidades e ao mesmo tempo adquirirem a formação que tanto desejavam por meio de um computador. Eis o que me motivou a desenvolver essa pesquisa, a necessidade de compreender do ponto de vista da história o processo de formação e estruturação desse modelo de ensino. Que impactos adquiriram na vida dessas pessoas e o que as motivaram a escolher essa modalidade de ensino como meio de formação acadêmica.

No nosso sistema educacional atualmente temos duas modalidades de ensino a presencial e a distância. A presencial é utilizada comumente nos cursos regulares onde os professores e alunos encontram-se no mesmo ambiente (sala de aula) e ao mesmo tempo, ela é conhecida como ensino convencional. Já no que se diz respeito ao ensino a distância professores e alunos estão separados. Esta modalidade de educação é efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não apresentar momentos presenciais.

No entanto sentimos a necessidade de conceituar a EaD, que embora pareça um sistema recente no processo de ensino-aprendizagem, ela já é utilizada desde o século passado inicialmente feito através dos cursos de correspondências. Mas não podemos deixar de destacar o avanço que esse sistema educacional teve nos últimos anos, principalmente a partir de uma maior democratização do acesso a internet. Contudo mesmo com o avanço da educação a distância, não podemos deixar de frisar que em virtude das desigualdades sociais muitas pessoas ficam impossibilitadas de participar desse sistema.

São vários os conceitos sobre educação a distância, podemos citar os mais simples e objetivos como o que define essa modalidade como “[...] qualquer forma de educação em que o professor se encontra distante do aluno” (BASTOS, CARDOSO E SABBATINE, 2000). Esses autores observam a educação a distancia de maneira geral, não tendo como base as particularidades de cada sistema. Englobando desde os mais antigos modelos de educação a distancia até os mais modernos com a utilização de novas tecnologias. Isso nos recorre a observar que nem sempre as novidades tecnológicas são as melhores para esse modelo de ensino, pois em algumas regiões a população não tem acesso a essas inovações tecnológicas, tendo que recorrer a modelos mais tradicionais.

Outros conceitos também surgem a partir do crescimento dessa modalidade de ensino, conceitos mais específicos como o que sugere Aretio:

EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes (GUAREZI, 2009, P.19)

Deste modo, podemos entender que a EaD recorre a vários recursos didáticos, principalmente multimeios tecnológicos, para desenvolver uma relação professor-aluno, mesmo esses estando separados.

Já Niskier refere-se a essa modalidade afirmando:

A EAD tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino, no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos, no Brasil, onde o seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: alunos e professores separados por uma certa distância e, as vezes pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha idéia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes (NISKIER, 2000, p.49)

Percebemos que a educação a distancia vem rompendo velhos paradigmas na educação. Nessa perspectiva, os papéis do professor e do aluno mudam: e o professor passa a ser moderador e facilitador no processo ensino-aprendizagem; o aluno necessita de maior autonomia para aprender (BARRETO, 2006). Contudo, o professor necessita de um desprendimento das metodologias da educação: processo centrado no aluno; processo baseado em problemas; aprendizagem flexível; postura democrática; aprendizagem mediada pelo computador. (ARAÚJO, 2009)

Percebemos que a educação a distancia vem rompendo velhos paradigmas na educação.

Quando observamos a legislação vigente que regulamenta a EaD, podemos ver que o Ministério da Educação através do Decreto nº 5622, de dezembro de 2005, no seu artigo 1º caracteriza essa modalidade de ensino como uma,

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005)

Essa definição da EaD complementa-se com o primeiro parágrafo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais entre outras atribuições, como se segue:

§ 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momento presenciais para:

- I- avaliações de estudantes;
- II- estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III- defesa de trabalho de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e
- IV- atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

(BRASIL, 2005)

Nessa modalidade de ensino semi- presencial no Brasil, regulamentado pelo governo em 2005, este opta pelo sistema onde professores e alunos encontram-se periodicamente para discutir o que foi produzido durante determinado período.

No que se refere à essa questão da aula presencial na EaD, Gonçalves afirma que:

Quando incluída no ensino à distancia, a presencialidade, tem sua função revista, bem como, a frequência, os objetivos e a forma das situações presenciais de contato dos alunos entre si e dos alunos com aqueles que os apóiam ao longo do processo de aprendizagem. Há esquemas operacionais de ensino à distância em que os educadores se encontram diariamente, não termos obrigatórios, com um tutor ou orientador de aprendizagem, seja para assistir algum programa em vídeo, para receber algum tipo de material, para resolver um problema, etc.: há outras em que os educadores se reúnem periodicamente para debater assuntos que estejam estudando – reuniões estas que podem ou não contar com a presença de um tutor. (GONÇALVES, 1996, P.13)

Como podemos observar nos conceitos apresentados, essa modalidade de ensino sempre mantém separado fisicamente o professor do aluno onde estes recorrem a meios tecnológicos para mediar a sua comunicação e o processo de ensino aprendizagem.

A evolução da EaD se dá principalmente devido ao processo de desenvolvimento e de uma maior democratização no acesso aos meios de comunicações que ocorreu nas últimas décadas. Com isso a modalidade EaD passou a possuir maiores recursos tecnológicos para a intermediação no processo de ensino aprendizagem. Esse sistema ao utilizar mais meios tecnológicos passa a atender as necessidades de uma maior quantidade de pessoas.

Portanto, a evolução da EaD acompanhou a evolução das tecnologias de comunicação que lhe dão suporte, mas é necessário registrar a preocupação de diversos educadores que afirmam, como Demo (2007, p.90), que tal evolução tecnológica não significa necessariamente evolução pedagógica: “sempre é possível usar a tecnologia mais avançada para continuar fazendo as mesmas velharias, em particular o velho instrucionismo” .

Deste modo entendemos que a educação a distância utiliza-se das tecnologias para fazer possível a realização do processo ensino aprendizagem entre os pares envolvidos nesse processo.

Na última década vimos um grande crescimento dessa modalidade de ensino no Brasil, onde um maior número de pessoas tiveram acesso ao conhecimento em especial aos cursos superiores. Esse processo vem dando oportunidade de acesso a esses cursos para camadas sociais que sempre estiveram excluídos do processo educacional de nível superior no Brasil, excluídos pelo fato de morarem longe de instituições de ensino regulares ou por possuírem indisponibilidade de horários para frequentar esses cursos regulares, com isso trabalhadores, donas de casas e outras camadas sociais tem oportunidade garantida pela EaD, como afirma, o estudante de pedagogia do polo de apoio presencial da UAB em Valença do Piauí, Renato Lima Melo (2013):

Na UAB o aluno tem a possibilidade de realizar seus estudos no horário em que tem disponibilidade e assim organizar melhor seu tempo. Por isso procurei esta modalidade, onde devido ao meu trabalho, não posso frequentar um curso 100% presencial, mas com a implantação de um pólo da UAB em minha cidade estou realizando meu grande sonho que é ter um curso superior”

Com isso podemos perceber que em virtude das novas necessidades da sociedade, o ensino está se adequando as práticas sociais, uma vez que o conhecimento não fica restrito somente a quem possuir condições financeiras e de tempo para frequentar uma instituição de

ensino, com isso a EaD democratiza o acesso ao conhecimento visto que muitas pessoas, apropriando deste tipo de ensino, podem concluir um curso superior de qualidade e abraçar novas oportunidades profissionais.

Mesmo que o acesso a educação seja um direito de todos assegurados pela Constituição Cidadã de 1988, que determina que: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de (...) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacitação de cada um” (art.208, inciso V), sabemos que o Brasil ainda tem baixíssimos índices no que diz respeito ao acesso à Educação Superior. No entanto, com a grande expansão do Ensino Médio isso demanda um crescimento das vagas do ensino superior. O governo na última década, vem tentando diminuir essa carência de vagas e a EaD surge como uma forma alternativa para o acesso a Educação Superior.

É importante salientar que a EaD não se resume somente a formação de nível superior, uma vez que ela passeia por cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos dos sistema educacional.

Tendo como base Maia & Maia (2007), no que diz respeito a essa grande variedade de possibilidades dessa modalidade de ensino, ela considera que a EaD atualmente é praticada nos mais variados setores. Ela é usada na Educação Básica, no Ensino Superior, em Universidades Abertas, em Universidades Virtuais, treinamentos governamentais, cursos abertos, livres etc.

As diversas oportunidades de aprendizagem gerada pela EaD, trás a necessidade de criar meios para que esse processo de ensino aprendizagem possa ocorrer na sua plenitude. Para Mugnol:

Os principais meios a serem considerados são: comprometimento e responsabilidade do assunto, orientação e apoio dos professores disponível em todos os momentos, a utilização compartilhada de métodos e meios de transmissão das informações, o respeito às diferenças individuais com a utilização de métodos capazes de respeitar o ritmo da aprendizagem de cada estudante. (MUGNOL, 2009, p.6)

Nesse sentido observamos a importância de uma total junção de todos os agentes participantes deste processo de ensino, para que as expectativas geradas sejam atendidas.

Tendo como base nesses conceitos e características sobre a EaD, divido o meu trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo faço uma revisão bibliográfica sobre a evolução histórica da EaD no Brasil e no mundo, tendo como base os principais agentes que possibilitaram este surgimento e avanço deste fenômeno da educação. No segundo capítulo

analisei o processo histórico de implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), tomando como ponto de partida as primeiras manifestações que expressam o desejo do Ministério da Educação (MEC) em criar esse sistema, indo até a sua implantação de fato. No terceiro e último capítulo traço um apanhado geral sobre a EaD no Piauí até quando essa modalidade ganha bastante força e destaque com a implantação da Universidade Aberta do Piauí (UAPI), a partir daí retrato o processo de implantação desse projeto e o desenvolvimento de suas atividades no estado.

1.PROCESSO HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL E NO MUNDO

“A Educação à Distância não surgiu no vácuo”

Keegan

1.1 A EaD no mundo

Para que se possamos compreender como se estruturou a EaD no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, discorrer como esta modalidade educacional se deu no mundo, ou pelo menos nos países onde marcam seu surgimento e desenvolvimento. Como, por exemplo, relata Alves (1998) que o surgimento da EaD se deu no século XV quando nascia a imprensa de Gutemberg, na Alemanha.

Segundo Nunes (2009) e Landim (1997), provavelmente a primeira notícia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips em 20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA, que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos.

Em 1840, na Grã Bretanha, Isaac Ptman oferecia um curso de taquigrafia por correspondência. E, Skerry's, em 1880 ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos. Outro indício de que estava tomando forma a EaD acontece nos EUA, em 1891, quando é ofertado um curso sobre segurança nas minas, que teve como organizador Thomas J. Foster.

Na Inglaterra, em 1880 há relatos de uma tentativa para estabelecer um curso por correspondência, com direito a diploma (Niskier, 1999), mas esta idéia de metodologia foi rejeitada pelas autoridades locais e, os autores da proposta, foram para o Estados Unidos, onde encontraram espaço, na Universidade de Chicago, para colocar em prática suas idéias. Assim, em 1882, surge o primeiro curso universitário EaD na referida Instituição, em que o material didático era enviado pelo correio.

Outro fato que marca a EaD aconteceu em 1906, quando a Calvert School, em Baltimore, EUA, tornou-se a primeira escola primária a oferecer cursos por correspondência. Assim, de acordo com Alves (1998) a difusão da EAD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra.

Para outros autores, entre eles, Nunes (2009), pode-se encontrar as origens mais recentes desta modalidade de ensino simultaneamente em vários lugares do mundo, mas pelo seu êxito a Open University (OU), na Inglaterra que surgiu no final dos anos de 1960, que iniciou seus cursos em 1970, passou a ser referência mundial.

A Educação a Distância passou por algumas gerações, contudo sua primeira experiência aconteceu no período de 1728 até meados de 1970. Esses anos foram considerados como a primeira geração da EaD, com forte característica no estudo por correspondência.

O período entre 1728 a 1970, foi caracterizado pelo estudo por correspondência, havendo pouca possibilidade de interação entre aluno e instituição produtora, limitando-se apenas aos momentos de exames. Didaticamente, os alunos recebiam o material impresso para estudos acompanhados por exercícios de fixação.

Em 1910, a Universidade de Queensland na Austrália inicia programas de ensino por correspondência:

Do início do século XX até a Segunda Guerra mundial, várias experiências foram adotadas, sendo possível melhor desenvolvimento das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência. Depois, as metodologias foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa (NUNES, 2009, p. 3).

Apesar das divergências dos autores quanto à primeira experiência à distância, deve-se deixar claro que se trata de marcos inicial para a expansão desta modalidade de ensino. O fato de a EaD ter proliferado mais em outros países, se comparado ao Brasil deve-se ao fato de outras nações permitirem maiores possibilidades de inovação e possuírem mais acesso às tecnologias (LITTO, 2002), permitindo o desenvolvimento mas acelerado de cursos e das estratégias de ensino.

A década 1960 foi o marco inicial do uso de outros modelos de EaD, como o rádio e a televisão - apesar de se ter registros anteriores de iniciativas com esses modelos, por exemplo no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que transmitia programas educacionais. Porém, foi nos anos 60, que se efetivaram as maiores experiências como esses novos modelos. Por exemplo:

A Beijing Television College, na China; o Bacharelado Radiofônico, na Espanha, e a Open University, na Inglaterra. Nessa fase, tem-se como modelo de produção industrial o neofordismo. Esse modelo investiu em estratégias de alta inovação dos produtos e na alta variabilidade do processo de produção, mas conservou ainda do fordismo a organização fragmentada e controlada do trabalho. Essa transição impulsionou a EAD a buscar novos caminhos na tentativa de superação dos paradigmas da sociologia industrial. Nesse período, passaram a coexistir duas tendências: de um lado um estilo ainda fordista de educação de massa e do outro uma proposta de educação mais flexível, supostamente mais adequada às novas exigências sociais (BELLONI, 1999). A Open University, como modelo de Universidade

Aberta, foi considerada um marco importante nesse período de transição da EAD. (GUAREZI, 2009, p. 30).

Tal transição, ocorrida nesse período, impulsionada pelas novas tecnologias tornou a EaD mais aberta em dois sentidos: de oferecer maiores oportunidades de escolha temática aos alunos e de tempo, e também, de oferecer um tratamento mais personalizado que atendesse as necessidades individuais, demonstrando que houve uma superação de um modelo industrializado de educação. De acordo com Perry e Rumble (1987), o verdadeiro impulso para o desenvolvimento se deu a partir de meados dos anos 60 com a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior, começando pela Europa e se expandindo aos demais continentes.

Para se compreender como a dimensão que a EaD atingiu foi significativa, exemplifica-se com o que aconteceu com as megauniversidades, como a Open University do Reino Unido, que passou a atender cem mil alunos e, segundo Nunes (2009) tornou-se referência mundial com esta metodologia de educação a distância.

A partir da década de 1990 a EaD é caracterizada pela integração de redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia. Esta proposta ainda está vigente e em fase de realização, portanto conta com poucas análises.

Por isso, neste aspecto torna-se necessário registrar a tendência, ou seja, possibilidades de um futuro e seus resultados. Como a lógica industrializada de educação de massa começou a perder terreno devido ao fato de que até os anos 1980, a tendência fordista, bem como a tendência por uma proposta mais aberta coexistiam nos moldes de produção capitalista e, conseqüentemente, nas experiências de EAD, é importante registrar a análise de Guarezi (2009, p. 32):

Esse período caracterizou-se pela ruptura das estruturas industriais hierarquizadas e extremamente burocráticas existentes nos modelos anteriores. Entretanto, o que ocorreu no que chamamos de novos tempos foi a coexistência dos três modelos de produção capitalista (fordista, neofordista e pós-fordista). Assim também foi direcionada às práticas na educação, tanto nas concepções quanto na utilização dos diversos modelos. (...). Pode-se observar que a educação é por si muito complexa e resistente a mudanças. Exige-se, portanto, essa clareza nos campos da EAD.

Como nota-se, trata-se de uma nova tendência na EaD, caracterizada sobretudo pela flexibilidade proporcionada pela integração de várias tecnologias, como por exemplo, a telemática (informática com telecomunicação). A aplicação das novas tecnologias da informação na educação gera condições para que o aprendizado seja cada vez mais interativo e

autônomo. O estudante determina seu tempo, seu ritmo e tem acesso em qualquer lugar e em todo tempo aos recursos necessários, através do computador conectado à internet.

A partir desta análise sobre a evolução da EaD, iremos analisar o processo histórico dessa modalidade educacional no Brasil.

1.2 A EaD no Brasil

O desenvolvimento histórico da Educação a Distância (EaD) no Brasil, é marcada pelo surgimento e pela ampliação do acesso aos meios de comunicação. Esta modalidade de educação passou também pela fase da correspondência, do rádio, da televisão, até chegar à atuação em conjunto de vários meios de comunicação, entre eles os favorecidos pelo uso da internet.

De acordo com Alves, “a trajetória da EaD no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, e ainda, alguns momentos de estagnação, provocados principalmente pela ausência de políticas públicas para o setor.” (ALVES. 2009, p.9). Segundo estemesmo autor, existem registros que colocam o Brasil entre os principais do mundo no que se referia à EaD até os anos de 1970. Depois dessa época o Brasil estagnou e outras nações avançaram e, somente no fim do milênio é que as ações positivas voltaram gerando desenvolvimento considerável nesta modalidade educacional.

Pesquisas mostram que já antes de 1900 existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro, como o Jornal do Brasil, que ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Eram cursos de datilografia ministrados por professoras particulares e não por Instituições, mas tratavam-se de iniciativas isoladas.

Em 1904, com a instalação das Escolas Internacionais, é possível demarcar oficialmente este fato. Estas escolas se tratavam de unidades de ensino estruturadas que eram filiais de uma organização norte-americana. Os cursos sempre eram voltados para pessoas que buscavam empregos, principalmente nos setores de serviços e comércio. Naturalmente o ensino era por correspondência e os materiais didáticos enviados pelos correios, que utilizavam as ferrovias para transporte (ALVES, 2009).

Também é importante registrar a fundação do Instituto Universal, que apesar de ter sido fundado em 1941, também é considerado como uma das primeiras experiências em EAD no Brasil, utilizando basicamente material impresso (GUAREZI, 2009).

Com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, sua principal função era de possibilitar educação popular pelo então moderno sistema de difusão em curso

no Brasil e no mundo. Primeiramente, a rádio funcionou em uma escola superior mantida pelo poder público, mas que depois foram colocadas exigências de difícil cumprimento já que não se tinha fins comerciais. Esta iniciativa teve pleno êxito, mas despertou preocupação para os governantes, já que podiam ser transmitidos programas considerados subversivos. Sem saída, os instituidores tiveram que doar a emissora para o Ministério da Educação e da Saúde em 1936. Sendo assim, a educação via rádio foi o segundo meio de transmissão do saber precedido apenas pela correspondência (ALVES, 2009).

Em 1969 aconteceu uma estagnação de iniciativas artísticas e educacionais, acontecendo um desmonte da EaD via rádio, este foi um dos principais fatores da diminuição acentuada do Brasil no ranking internacional (ALVES, 2009).

O uso da televisão no Brasil, em programas EaD, teve seus primeiros registros a partir de 1960. Coube ao Código Brasileiro de telecomunicações, criado em 1967 determinar que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de rádio e televisões educativas (ALVES, 2009).

Na estrutura do Ministério da Educação foi criado em 1972 o Programa Nacional de Teleducação – Prontel, que ficou responsável por coordenar e apoiar a teleducação no Brasil. Depois esse órgão foi substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica – SEAT, que acabou sendo extinta.

O Sistema Nacional de Radiodifusão se fortaleceu posteriormente com a criação em 1981 do Fundo de Financiamento da Televisão Educativa - Funtevê. Esta passou a colocar programas educativos no ar em parceria com diversas rádios educativas e vários canais de TV.

Assim, instituições privadas também começaram a desenvolver seus próprios projetos em paralelo com as iniciativas do governo federal e governos estaduais. O Movimento de Educação de Base - MEB de 1956 é citado entre as primeiras experiências de maior destaque, projeto este que foi abandonado por força da repressão política pós-golpe de 1964.

Guarezi cita outras iniciativas que se seguiram no final da década de 60:

TV Educativa do Maranhão; a TVE do Ceará, com o programa TV Escolar; a fundação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb); no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira de Educação (Fubrae) criou o Centro Educacional de Niterói (CEN); em Brasília, foi fundado o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) voltado à formação profissional, geralmente com cursos para atender às necessidades de empresas. Um dos trabalhos mais conhecidos do Ceteb foi o Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a Petrobras; em São Paulo, foi criada a Fundação Padre Anchieta (FPA) (...). Na década de 1970, destacou-se o Projeto Minerva (radioeducativo), criado pelo governo federal, que oferecia diferentes tipos

de cursos para os níveis de primeiro e segundo grau, com o objetivo de resolver a curto prazo os problemas de desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais do País (GUAREZI 2009, p. 34).

No final da década de 1990, as emissoras foram isentas da obrigação de transmitir programas educativos o que significou um retrocesso enorme. Com a reformulação do sistema nacional de radiodifusão em 1994, a Fundação Roquete Pinto ficou responsável para coordenar as ações.

De acordo com Alves (2009), o tempo passou e os resultados concretos não apareceram apesar de várias ações terem sido propostas e levadas a cabo. Podem ser citadas algumas iniciativas como a da Fundação Roberto Marinho com os telecursos, e a própria TV Educativa com seus programas. No entanto, a forma de difusão dependia das emissoras abertas ou a cabo para o acesso da população em geral.

Com relação aos computadores, estes chegaram ao Brasil em 1970 por meio das universidades, mas eram equipamentos enormes e com o decorrer do tempo ficaram mais acessíveis tanto no aspecto prático como econômico. No Brasil, não há dúvida de que a Internet já disponível nos computadores pessoais colaborou e colabora imensamente para a propagação da EAD. Sabe-se que ainda há muitos aspectos a serem superados, no que tange a infraestrutura e preparo para utilização da mesma, assuntos que poderão ser discutidos em uma nova pesquisa.

1.3 Prospecções e perspectivas futuras: a EaD nos dias atuais

No período de 1990 a 2012, a EaD continuou seu processo de expansão, estando cada vez mais presente em municípios e estados brasileiros. Cresceu também o apoio à constituição de projetos voltados para o ensino de graduação e de pós-graduação, de extensão e inclusão social, dentre outros projetos. É importante verificarmos que quase todos os projetos do ano de 2005 e 2010 fazem uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem e da Internet como ferramenta principal de transmissão do conhecimento, sem, contudo, descartarem ferramentas como o texto impresso e a produção de vídeo-aula ou teleaulas.

Se as mudanças continuarem no ritmo atual, o futuro reserva às escolas meios e metodologias educacionais surpreendentes, desde salas interativas inteiramente virtuais, com a utilização de ambientes em 3D (três dimensões), até a utilização de sistemas de TV digital. Nesse contexto surgiram conceitos diversos para tentar explicar esta onda de mudanças da EaD, como exemplos temos o conceito de *e-learning*, adotado em muitas instituições, ou o

móBILE learning, ou *m-learning*, que significa a aprendizagem em movimento, pouco adotado no Brasil, ainda pela falta de acesso popular à Internet móvel. Para Bulcão (2009, p. 85),

A definição adotada pelo MOBILELearn é de que o *mobile learning* ocorre quando um ou mais aprendizes são imóveis, mas podem também ter acesso a equipamentos fixos no ambiente de aprendizagem. A aprendizagem móvel está imbricada com outras atividades cotidianas, e os aprendizes podem aproveitar quando necessário do acesso das tecnologias portáteis para suprir suas necessidades de aprendizagem.

Apesar do alto custo para o acesso, desde 2010 existe um considerável número de pessoas que o adotam. Como podemos observar até em aspectos, com maior desenvolvimento tecnológico e cultural a EaD está influenciando, pois com o *m-learning* muitos usuários dantes alheios a estas transformações já estão começando a adquirir planos e acessórios que possibilitem o acesso à Internet móvel.

Guimarães e Brennand (2007) chamam atenção para o fato de que a EaD não vem apenas com o objetivo de suprir a necessidade do ingresso de pessoas no ensino, mas de manutenção destas nas escolas, possibilitando a construção mais concreta de cursos de formação continuada e proporcionando a pessoas que dantes não poderiam continuar seus estudos, a realização de um curso de forma que possam aprofundar cada vez mais seus conhecimentos.

Além de iniciativas públicas e programas do governo, há também a influência da iniciativa privada em todo este histórico. Cada vez mais, pelas facilidades e amplitude de alunado, as instituições privadas vêm investindo nesta modalidade de ensino. Isso, de certa forma prejudica a imagem da EaD, por ter se tornado em muitas IES apenas motivo de lucro, ao tempo em que torna esta modalidade de ensino cada vez mais conhecida no cenário brasileiro. Sobre a UAB/EaD Ramos e Medeiros (2009, p.42) afirmam que no Brasil,

decorrentes dos programas ministeriais e do investimento da iniciativa privada no setor educacional, várias formas de configurar a produção e a oferta de cursos de ensino superior têm surgido, para além do programa UAB. Para ilustrar podemos citar na esfera pública o exemplo do Consórcio do curso de Administração da UAB, projeto Piloto. Na esfera privada, seguindo as leis do mercado global, também aparecem parcerias entre instituições educacionais e outras empresas denominadas de Agentes Educacionais ou Unidade Pedagógicas que representam os tentáculos da instituição-mãe (sentido de provedora do conjunto de materiais didáticos e acadêmicos, detentora do corpo docente, etc.) nos Estado e municípios.

Dessa forma, cresce cada vez mais o número de cursos ofertados na modalidade EaD, assim como instituições credenciadas para tal.

A Universidade Aberta do Brasil tem contribuído para o crescimento extraordinário do número de pessoas com acesso à educação através da EaD. Apesar disso “o Brasil foi o último país com população acima de cem milhões de habitantes a estabelecer uma universidade aberta”. (LITTO, 2009, p 15). Porém, o programa quanto implantado foi difundido em quase todas as regiões brasileiras.

Verificando estes dados percebemos que a EaD cresceu bastante após sua promulgação e após sua legislação, refletindo a aplicação e ampliação de um dos maiores programas, a UAB. Também se verifica um maior amparo na Lei que a regulamenta, mostrando que assim há maior confiança de seus usuários.

2 A IMPLANTAÇÃO DA UAB

A ideia da criação de uma instituição específica para a oferta de cursos na modalidade a distância está presente, no cenário educacional brasileiro, desde o início da década de 70 do século XX, quando o Congresso Nacional recebeu, em 1972, o primeiro Projeto de Lei criando a universidade aberta, o que se repetiu em 1987, mas sem que nenhum deles pudesse ser efetivado.

Conforme Niskier (1999), as primeiras discussões sobre a criação de uma Universidade Aberta no Brasil foram realizadas no ano de 1972, quando o professor Newton Sucupira, então coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Educação (MEC), retornou de uma visita à *Open University*, criada em 1969, em Londres. Em seu retorno, ele recebeu do ministro Jarbas Passarinho a incumbência de criar uma Comissão de Especialistas para estudar a possível implantação de uma experiência semelhante à da Universidade Aberta da Inglaterra. Algumas ações foram, então, desenvolvidas nessa direção, entre 1972 e 1974, destacando-se a criação de um grupo-tarefa, nomeado pela Portaria Ministerial Nº 96, de 05 de março de 1974, com a atribuição principal de indicar as diretrizes e bases para a organização e o funcionamento da Universidade Aberta do Brasil.

No relatório da visita realizada a essa instituição, o conselheiro Newton Sucupira defendeu a criação de uma universidade aberta no Brasil por entender que esta poderia ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, bem como contribuir para a construção de um processo de educação permanente, em nível universitário.

Embora os projetos que tramitaram no Congresso Nacional nas últimas décadas do século XX não tenham sido efetivados, o professor Arnaldo Niskier (1999), como membro do grupo-tarefa que participou das doze reuniões realizadas desde 1974, propala que, em termos oficiais, este foi o embrião de tudo o que se tem no país em termos de EAD, inclusive no que se refere ao seu reconhecimento na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (Lei no 9.394/96).

Com relação às dificuldades enfrentadas para a tramitação dos projetos para a criação da Universidade Aberta no Brasil, Oliveira (1985) ressalta que a implementação de sistemas de ensino a distância no setor universitário não se fez, em nenhum país do mundo, através do consenso total, mas que sempre dependeu da determinação de educadores pioneiros e do apoio da autoridade política de plantão, ou de administradores de visão. Em todos os países, os experimentos mais bem sucedidos foram resultados de lutas e rupturas com as expectativas

correntes e com as tradições dominantes. A reação a essas idéias tem sido surpreendentemente superior ao papel importante, conquanto relativamente modesto, dessa inovação.

Assim, o autor chama atenção para o fato de que o Brasil não tem sido uma exceção, mas considera que aqui a situação é mais complicada, porque as realidades não podem ser criadas primeiro e regulamentadas depois. As universidades, os reitores e os departamentos pioneiros têm que passar pelo formalismo das autorizações e aprovações antes de experimentar inovações de sucesso já suficientemente comprovadas, para quem aceita em evidências. Afinal, tem validade universal à assertiva de um eminente observador da cena: “se a penicilina dependesse das autoridades educacionais, ainda estaria em fase de teste piloto” (OLIVEIRA, 1985, p. 4).

Pimentel (2006) também afirma que diversos projetos de Lei foram encaminhados, no período supracitado, com proposições para a criação da Universidade Nacional de Educação a Distância, com ênfase para o Projeto de Lei nº 4.592-C/90, que chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e retirado posteriormente em 1993, sem ter sido apreciado pelo Senado Federal. Pimentel (2006, p. 74), todavia, registra que desse último Projeto de Lei “derivaram iniciativas como a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de artigo referente a Educação a Distância”.

Com o reconhecimento da EAD na legislação educacional vigente, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), a discussão acerca da criação da Universidade Aberta do Brasil passou a fazer parte das prioridades do Ministério da Educação. Para Franco (2006, p. 8), porém, como a proposta da criação de uma universidade aberta brasileira já havia sido rejeitada anteriormente, e mesmo porque em termos orçamentários a criação de uma nova instituição nesses moldes seria algo extremamente complicado, “era necessário adotar-se uma política que incentivasse a criação de universidades bimodais (presenciais e a distância)”.

Um passo importante para a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil foi dado com a formação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) que, conforme Franco (2006, p. 28), reuniu setenta instituições de educação superior públicas (federais e estaduais) dispostas a “fazer educação a distância”. Na concepção do autor, a criação dessa imensa rede de instituições universitárias deu suporte a uma discussão e a ensaios importantes para o desenvolvimento da EAD nas instituições públicas, contribuindo para que “fosse vencida a resistência nessas instituições com relação à educação a distância.” (FRANCO, 2006, p. 28).

As ações desenvolvidas para a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), em âmbito nacional, são descritas por Silva, Ribeiro e Schneider (2006), os quais assinalam que o processo teve início no final de 1999, quando aproximadamente trinta professores se encontraram na Universidade Federal de Brasília (UnB) para discutir o que fazer para melhorar o ensino público no Brasil por meio da Educação a Distância, o que se configurou como o I Encontro da UniRede. Os professores presentes representavam dezoito universidades brasileiras, e desse primeiro encontro resultou a formalização de um Protocolo de Intenções para a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil, com a logomarca UniRede, pois a intenção dos idealizadores da proposta era dar a esse novo projeto a idéia de uma universidade em rede.

De acordo com os autores, o II Encontro do Projeto da UniRede aconteceu no dia 06 de janeiro de 2000, também nas dependências da UnB. Nessa oportunidade, foi lançado um manifesto pela criação de uma nova universidade, “que não teria campus, nem estrutura física, mas estaria em todas as universidades públicas que se consorciassem.” (SILVA, RIBEIRO, SCHENEIDER, 2006, p. 77). Em fevereiro do mesmo ano, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou-se o III Encontro, no qual grupos de trabalho se reuniram para estabelecer as ações necessárias à implementação do projeto UniRede.

Além desses encontros, o Consórcio Universidade Virtual Pública do Brasil realizou, em julho de 2000, a I Mostra UniRede de Educação a Distância, durante a 52ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília. O projeto da UniRede estava integrado, na época, às ações do Programa Sociedade da Informação, que havia sido lançado recentemente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (SILVA, RIBEIRO, SCHENEIDER, 2006, p. 77).

Em 23 de agosto de 2000, data marcada para a formalização da Unired, os Ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações assinaram o Protocolo de Intenção (Termo de Adesão) de lançamento do consórcio, reunindo a “nova universidade” nessa data, composta de 62 (sessenta e duas) instituições de Ensino Superior (IES), entre Universidades Federais, Estaduais e Centros de Educação Tecnológica (CEFET).

Em consonância com o Termo de Adesão, o objetivo inicial da UniRede era potencializar o acesso ao ensino público universitário, bem como contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura, em todos os níveis e modalidades praticadas nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), por meio da utilização e otimização de recursos

humanos, tecnológicos, materiais e infraestrutura física. (SILVA, RIBEIRO, SCHNEIDER, 2006, p. 77).

Franco (2006) alega que um passo decisivo para a criação do Sistema UAB foi justamente a interlocução da Secretaria de Educação a Distância (SEED) com a UniRede, o que fez nascer uma proposta de chamar as universidades públicas para o desenvolvimento de cursos de graduação a distância mediante um edital público (Edital 001/2004-SEEDMEC). No edital, estava explicitada a necessidade de as instituições estarem organizadas em consórcios para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, voltados para a formação de professores em áreas consideradas prioritárias na época (Pedagogia, Física, Matemática, Biologia e Química).

Esse edital deu origem ao Programa Inicial de Formação de Professores (Pró-Licenciatura 1), pelo qual a SEED buscou investir, naquele período, cerca de R\$ 14.000.000,00 no apoio técnico e financeiro às universidades públicas de diversas regiões do país. Como resposta ao referido edital foram apresentados 21 projetos, o que se converteu na abertura de 17.565 vagas em cursos superiores ofertados na modalidade de educação a distância. Em 2005, foi lançado um segundo edital do Programa denominado Pro-Licenciatura 2, voltado para a formação de professores das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (FRANCO, 2006, p. 31).

Na visão de Franco (2006), os resultados da chamada pública mostraram que era possível caminhar na direção de se levar educação superior a todas as regiões do Brasil por meio da modalidade de educação à distância, com fomento e incentivo do Ministério da Educação às Instituições de Ensino Superior. Desta forma, estavam dadas as condições para a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

O sistema UAB foi instituído oficialmente pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país mediante a oferta de cursos e programas a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com os polos de apoio presencial.

As finalidades da UAB estão expressas no parágrafo único do Artigo 1º do referido documento:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras (BRASIL, 2006a).

Mota, Chaves Filho e Cassiano (2006) enunciam que a UAB prevê a oferta de educação superior com base na adoção e fomento da modalidade de educação a distância, o que confere férteis potencialidades para esse projeto do Ministério da Educação, tendo em vista que este objetiva atender às demandas reprimidas por educação superior no país, contribuindo para o enfrentamento de um cenário nacional de assimetrias educacionais, seja em cursos superiores, seja em relação às possibilidades de oferta de educação continuada ao longo da vida.

A primeira ação voltada para a oferta educacional no âmbito da UAB foi a implantação do projeto-piloto do curso de graduação em Administração, em parceria com o Banco do Brasil e demais bancos estatais. Esse projeto conta com a participação de dezoito universidades federais e sete estaduais que iniciaram, no segundo semestre de 2006, o trabalho pedagógico com os alunos selecionados em um processo seletivo próprio, com abertura de 10.000 (dez mil) vagas distribuídas para as mais diversas regiões do país. Desse processo seletivo somente puderam participar funcionários do Banco do Brasil e funcionários públicos da esfera federal, estadual ou municipal.

Em cada unidade da federação, as universidades definiram previamente os locais dos polos regionais e sua infraestrutura para atendimento aos estudantes nos momentos presenciais. Desse modo, o estudante era acompanhado por um processo de tutoria que permitia o monitoramento direto do desempenho e do fluxo de atividades, facilitando a interatividade e a identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

Para dar prosseguimento à consecução do Projeto UAB, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), lançou o Edital nº 1/2005 (BRASIL, 2005) e o Edital nº 1/2006 (BRASIL, 2006b), com chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores a distância.

A diferença fundamental entre os dois editais está na chamada de cada um, porque o primeiro abre possibilidade para inscrição de proposta de cursos somente pelas Instituições

Federais de Ensino Superior, e o segundo se remete às Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais).

Os dois editais estavam divididos em duas partes, sendo que a primeira destinava-se aos municípios que se colocavam como proponentes de polos de apoio presencial, comprometendo-se com a organização e sustentabilidade da estrutura necessária para a oferta de cursos superiores a distância. A segunda parte do edital era dirigida às instituições interessadas em apresentar projetos de cursos que deveriam ser avaliados por especialistas indicados pelo MEC.

Na parte de análise do mérito das propostas apresentadas ressaltamos a questão da infra-estrutura física das instalações do polo e dos recursos humanos disponíveis, sem perder de vista a sua localização e abrangência. No segundo edital, está demarcado que nesse quesito seriam verificados, de forma mais abrangente, três aspectos: 1) carência de oferta de ensino superior na região de abrangência do polo; 2) a demanda local ou regional por ensino superior público, conforme o quantitativo de concluintes e egressos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos; 3) pertinência dos cursos demandados e capacidade de oferta por instituições de Ensino Superior.

O final da primeira parte de ambos os editais estipulava que os polos selecionados seriam incluídos no Sistema Universidade Aberta do Brasil mediante formalização de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério da Educação e os proponentes selecionados.

Os editais elencavam, ainda, os itens e as exigências que deveriam ser observados para a elaboração do projeto, salientando que as propostas seriam analisadas em duas etapas: fase documental (eliminatória) e fase de mérito da proposta (classificatória/seletiva).

Quanto à fase documental, esta ficaria restrita à verificação da documentação solicitada. No tocante à análise do mérito, o edital detalha os critérios que seriam considerados, quais sejam: a) consistência do projeto pedagógico e relevância do curso proposto; b) competência e experiência acadêmica da equipe docente responsável; c) coerência com a demanda na área geográfica de abrangência, consideradas as necessidades sociais e demandas para o desenvolvimento local; d) atendimento da demanda do curso no polo municipal de apoio presencial, nos termos da Parte A deste edital; e) proposição de contrapartida; f) adequação da proposta orçamentária.

A importância desse programa pode ser percebida com os números divulgados pelo MEC com relação aos editais publicados em 2005 e 2006. O primeiro foi publicado em dezembro de 2005, com expressiva quantidade de propostas de polos e cursos. Ao findar o

prazo para o envio de propostas de cursos foi instalada uma comissão de especialistas para avaliar os projetos apresentados. O trabalho da comissão resultou na seleção de 292 (duzentos e noventa e dois) polos, com presença em todos os estados brasileiros, e de 49 (quarenta e nove) instituições de ensino superior, sendo 39 (trinta e nove) universidades federais e 10 (dez) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS).

O segundo edital foi publicado em dezembro de 2006, com inscrições até maio de 2007. Os trabalhos de avaliação foram finalizados em maio de 2008, com a seleção de 269 (duzentos e sessenta e nove) polos de apoio presencial e um total de 207 (duzentos e sete) novos cursos na área de formação de professores ofertados por 34 (trinta e quatro) Universidades Federais, 15 (quinze) Universidades Estaduais e 09 (nove) CEFETS. Os dados apresentados, à época em que os resultados foram publicados no Diário Oficial da União, indicavam que no final de 2008 deveriam estar em funcionamento, nas cinco regiões do Brasil, 561 (quinhentos e sessenta um) polos de apoio presencial.

Destacamos, aqui, que os editais foram abertos para a seleção de pólos presenciais e cursos superiores a distância, abrindo espaço para que uma IES que tivesse apresentado um projeto de curso no primeiro edital pudesse participar novamente do edital com um curso diferente.

Mesmo assim, o número expressivo de instituições que se propuseram a ofertar cursos superiores na modalidade a distância, vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, pode ser um indicativo de que mudanças significativas podem ocorrer, em um futuro próximo, no interior das universidades brasileiras, especialmente no quesito incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação ao processo de ensino-aprendizagem.

Chaves Filho (2007, p. 86) afirma que “o fértil terreno no qual se lançam assementes do Projeto UAB propiciará revisão de nosso paradigma educacional, no que tange à modernização, gestão democrática e financiamento”. O autor acrescenta que essa revisão deverá provocar desdobramentos para a melhoria da qualidade da educação, tanto a incorporação de tecnologias e metodologias inovadoras ao ensino presencial, quanto no sentido de promover a educação a distância com liberdade e flexibilidade.

Zuin (2006) postula que o programa Universidade Aberta do Brasil surge, de acordo com a Secretaria de Educação a Distância do MEC, como uma alternativa primordial para viabilizar a formação universitária de 30% dos estudantes brasileiros até 2011, meta do Plano Nacional de Educação (PNE). Para o autor, uma perspectiva ousada se considerar o atual panorama do Ensino Superior e a crise instaurada nas universidades públicas nos últimos anos. Para atingir esse objetivo, ações de grande porte já começaram a ser implementadas.

Uma das mais ambiciosas e representativas é justamente a criação da UAB que, na opinião de especialistas, significa a saída para a democratização do acesso ao Ensino Superior.

Atualmente, o Sistema UAB se constitui em um programa da Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). A UAB tem como prioridade a formação e a capacitação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, com a utilização de metodologias da Educação a Distância. Conforme os dados divulgados pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (MEC), em maio de 2009, um total de 74 (setenta e quatro) instituições integravam, naquele momento, o Sistema Universidade Aberta do Brasil, com sede localizada nas cinco regiões do país.

O número de instituições e de pólos de apoio presencial que integram o Sistema UAB teve um incremento com a publicação da Portaria nº 802 (BRASIL, 2009a) e da Portaria nº 803 (BRASIL, 2009b). A primeira permitiu a implantação de 135 (cento e trinta e cinco) polos, referentes às ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), bem como a aprovação de 14 (catorze) IES públicas para oferta de cursos na modalidade a distância. A Portaria no 803, por sua vez, autorizou a migração de 28 (vinte e oito) pólos oriundos do Programa Pró-Licenciatura.

Com isto, o sistema UAB passou a ser integrado, oficialmente, por 88 (oitenta e oito) IES públicas que em conjunto deveriam oferecer cursos superiores à distância em 723 (setecentos e vinte e três) pólos de apoio presencial localizados em municípios das cinco regiões do Brasil. No que diz respeito às 88 (oitenta e oito) IES que integram o Sistema UAB, é importante salientar que 47 (quarenta e sete) são Universidades Federais, 15 (onze) são Institutos Federais de Educação ou Centros Federais de Educação e 26 (vinte e seis) são Universidades Estaduais.

3 O DESENVOLVIMENTO DA EAD NO PIAUÍ

Quanto pesquisei a história da Educação a Distância (Ead) no Piauí, percebe que antes da consolidação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ele só contava com alguns casos isolados de ensino que utilizava a modalidade EaD, dentre eles podemos destacar o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Projeto Minerva.

O MEB foi criado em 21 de março de 1961, através de um convenio entre o Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e Comissão do Vale do São Francisco, além da colaboração financeira de outros setores da administração pública federal, dentro de suas possibilidades técnico-administrativas. Ao longo de sua história, seus objetivos foram mudando como afirma Sousa “de uma finalidade básica alfabetizadora passou-se para uma educação que incentivava a consciência crítica e a politização, a valorização da cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular”. (SOUSA, 1999, p 23).

Em 1962 ocorre a fundação do MEB no estado do Piauí, que conta com o apoio da Radio Pioneira de Teresina, que foi uma emissora voltada especificamente para a educação. Mas devido às difíceis condições de acesso ao sistema de radio, inicialmente, muitas cidades do estado não tiveram acesso ao programa. (SOUSA, 1999).

Com a expansão do radio no Piauí o MEB ganha impulso, e em 1978 ele já atinge cinco municípios da grande Teresina totalizando um publico de cerca de 14.500 ouvintes. Outra região contemplada com o programa foi a cidade de Floriano, contando com um publico de 8.000 ouvintes distribuídos em 6 cidades. (BRASIL/MEB, 1978).

A partir daí podemos perceber que o rádio foi um meio muito eficiente para a difusão do programa no nosso estado e no nosso país, pois conseguia chegar às mais distantes regiões e com isso levar as variadas atividades educacionais do MEB, que incluía desde a educação para saúde até técnicas para o trabalho. No Piauí, o apoio maior a este projeto, veio através da Igreja Católica e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).



Figura 01: Curso de Evangelização em Teresina - PI.
Fonte: MEB, 1978.

Já o projeto Minerva teve sua criação no ano de 1970, ele consistia em um programa radiodifusão educativa e funcionou por força de convênio entre a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) e o Ministério da Educação, em que todas as TVs e Rádios colocavam no ar programas de cunho educativos produzidos pelo MEC.

O Projeto Minerva, assim como o MEB, tinha o rádio como principal ferramenta de transmissão de conhecimento. Este projeto oferecia cursos de ensino supletivo e buscava atender o ensino de 1º e 2º grau, trabalhando especificamente com adolescentes e adultos. (BIANCO, 2009).

Segundo Bianco, de outubro de 1970 até meados de 1971, o projeto atendeu cerca de 174.246 alunos, sendo que destes apenas 61.866 conseguiram concluir o curso. O que era algo bem significativo para a realidade educacional da época.

O projeto Minerva, utilizando-se do radio para atingir um numero maior de pessoas, procurou solucionar os problemas educacionais tanto no Piauí quanto no país.

A partir das pesquisas realizadas, podemos perceber que tanto o MEB quanto o Projeto Minerva foram umas das primeiras iniciativas para se implantar a modalidade EaD no estado do Piauí.

3.1 A EaD ganha força: a implantação da Universidade Aberta do Piauí

O Ministério da Educação (MEC) criou em 2005 o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parcerias com as Empresas Estatais e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), durante o Fórum das Estatais pela Educação. Onde se objetivava a ampliação e interiorização da Educação Superior gratuito e de qualidade no Brasil. Pertencente ao MEC, este programa é administrado pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e pela extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A viabilidade do Sistema UAB só foi possível graças às parcerias entre o governo federal, estadual e municipal com a participação das Universidades públicas. Através da Portaria nº. 867, de 07 de abril de 2006, a UFPI participou da implantação do Projeto Piloto da UAB, juntamente ao um convênio firmado junto ao Governo do Estado do Piauí e Prefeituras Municipais.

UAPI é resultado de um consórcio firmado entre Universidade Federal do Piauí (UFPI); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFIP); Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Governo Estadual do Piauí, em que, para melhor implantação e consecução dos cursos UAB, cada instituição é responsável por uma ação.

A experiência inicial veio através de acordo firmado entre Banco do Brasil e UFPI, que resultou na implantação do curso piloto que foi o de Bacharelado em Administração, que iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2006. Logo após, no ano de 2007, aconteceu a segunda fase do programa UAB na UFPI, desta vez divididas em oito pólos de apoio presencial, foi oferecidas 2.350 vagas para a população. Desde então essa modalidade de educação cresceu muito na UFPI, com a oferta de cursos de bacharelado, licenciaturas, extensão, formação continuada, especializações e mestrado. Graças a UAB, a UFPI esta na rotas das IES que passaram a oferecer cursos superiores na modalidade educação à distância (EAD). A mediação nestes cursos ocorre através de ambientes virtuais, e material didático, seja impresso ou multimidiático.

O curso piloto, Bacharelado em Administração, começou suas atividades em todo o Brasil com a participação de cerca de 10.000 estudantes divididos em 25 universidades, em diversos estados do país. No Piauí, ele inicia suas atividades com a oferta de 500 vagas, voltadas para os funcionários do banco do Brasil e da própria UFPI, e ao público em geral. Estas vagas foram divididas e ofertadas para oito cidades do Piauí, que foram Teresina, Parnaíba, Piripiri, Esperantina, Picos, Floriano, Bom Jesus e São Raimundo Nonato.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração (UFPI, 2006b), o objetivo principal do curso era capacitar um profissional que pudesse atuar num mercado multicultural e multidisciplinar, aplicando conceitos, técnicas e métodos de uma maneira integrada e focalizada. O curso piloto teve duração de quatro anos e meio divididos em nove módulos. Sua carga horária total era de três mil horas/aula, sendo que 64% na modalidade EaD e 26% presencialmente, além do estágio supervisionado com 10% da carga horária, respectivamente (UFPI, 2006).

O curso piloto teve seu reconhecimento junto ao MEC no ano de 2010, através da Portaria nº. 77, de 20 de outubro de 2010. Durante o mesmo ano ocorreu a formatura das primeiras turmas da UAPI, que vinham dos pólos de apoio presencial das cidades de Teresina, Floriano, Picos e Bom Jesus. Em 2011, ocorreu a formatura dos alunos dos outros pólos. Com isso foram formados ao todo 210 profissionais, somente oriundos do curso piloto.



Figura 02: Turma de Teresina, formada pelo Curso Piloto em 2010.
Fonte: Home Page da UAPI, 2013

Com base em vários modelos de infraestrutura de outras IES que contemplam a implantação da EaD, a UFPI criou o Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD) através da Resolução nº. 196/2006, – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;
Internet: www.ufpi.br

Resolução N° 196/06

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**Aprova Projeto de Criação do
Centro de Educação Aberta à
Distância-CEAD/UFPI.**

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 11.10.06 e, considerando:

- o Processo N.º 23111.010762/06-95,

RESOLVE:

Aprovar o Projeto de Criação do Centro de Educação Aberta à Distância-CEAD/UFPI, oriundo do Programa "Universidade Aberta do Brasil-UAB", do Ministério da Educação, para operacionalização das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Educação à Distância, no âmbito do Estado do Piauí e da UFPI, vinculado ao Gabinete do Reitor, desta Universidade, conforme documento anexo.

Teresina, 24 de outubro de 2006


Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior
Reitor

Figura 03: Resolução do CEPEX N° 196/06.

Fonte: CEAD/ UFPI

O CEAD/ UFPI funciona em nível de pró-reitoria, da qual fazem parte um Diretor com duas secretarias (uma de controle acadêmico e outra administrativa) e seis

coordenadorias: Coordenação Geral dos Pólos de Apoio Presencial, Coordenação de Tutorias, Coordenação de Projetos (Administrativo-financeiro), Coordenação Pedagógica, Coordenação de infra-estrutura de Informática e Coordenação de Produção de Material Didático. Estas estão organizadas, sistematicamente, de acordo com a figura 03:

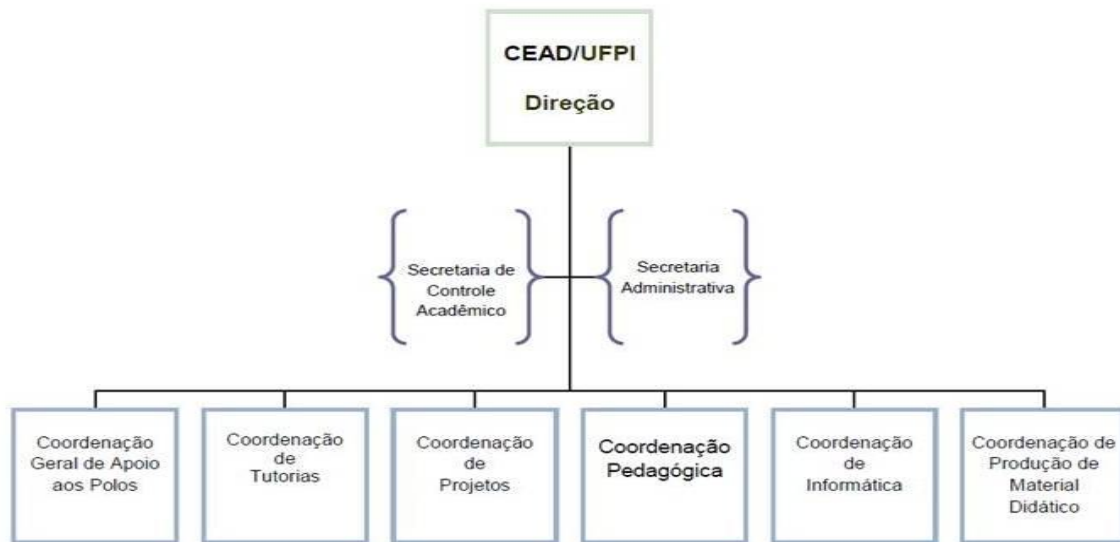


Figura 04: Organização das coordenações, diretoria e secretarias do CEAD/UFPI.

Fonte:

São oferecidos pela CEAD, com o apoio do sistema da UAB, os cursos de Bacharelado em Administração e Sistemas de Informação, e as Licenciaturas em Biologia, Filosofia, Física, Química, Matemática e Pedagogia.

Através do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), em 2010, foi oferecido pela CEAD/UFPI e UAB através do Edital nº. 22/2009-UFPI o curso de Bacharelado em Administração Pública, que ofereceu 220 vagas, das quais 66 foram destinadas a demanda externa da população e 154 para os servidores da Assembleia Legislativa do Piauí.

Buscando qualificar os gestores das escolas da educação básica da rede pública de ensino, a CEAD/UFPI e UAB e o MEC passaram a ofertar cursos em nível de especialização (*lato sensu*) a estes gestores, contribuindo assim para a qualificação numa perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade. O CEAD/UFPI e UAB resolveram Implantar este curso por etapas, a primeira ocorreu por volta de meados de 2007 a 2009 e a segunda começou por volta de 2010.

Os primeiros cursos de especialização do CEAD/UFPI foram oferecidos no ano de 2010, e foi o de Gestão Pública, Gestão em Saúde e Gestão Municipal todos pertencentes à

modalidade Educação a Distância (Ead). Estes cursos tinham como objetivo a qualificação de pessoal de nível superior, visando ao exercício de atividades gerenciais. Estes cursos foram desenvolvidos em parceria com a CAPES, SEED/MEC, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Ministério da Educação e Ministério da Saúde, e fazem parte também do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), programa responsável por cursos ofertados em nível de graduação e de pós-graduação *lato sensu*.

A partir do edital nº 01/2009 ocorreu a seleção dos alunos que ingressaram nesses Cursos de Especialização do PNAP, distribuídos entre os pólos de Água Branca, Floriano, Picos, Simplício Mendes e Bom Jesus.

Esses Cursos de Especialização do PNAP possuíam 720 participantes ao todo, ficando assim os Cursos de Gestão Pública e Gestão em Saúde possuindo 225 alunos cada, o de Gestão Municipal com 270 alunos. Essas Especializações tiveram duração de quinze meses, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de monografia, sua estrutura curricular foi composta por um conjunto de disciplinas, abrangendo as três áreas de concentração, cada uma possui cerca de 420 horas, iniciando com um módulo básico, sobre os fundamentos da administração pública, e depois os módulos específicos que trazem informações inerentes a cada área.

Outro curso de especialização oferecido pelo CEAD/UFPI foi o curso de extensão em Gênero e Diversidade na Escola em 2010, que foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e do Conselho Britânico, realizado em parceria com o MEC. Este curso era voltado para profissionais da educação pública que trabalhassem de 5º a 8º séries. Seu principal objetivo era formar educadores da rede pública de educação básica, com relação aos temas gênero, orientação sexual e relação étnico-racial, visando provê-los/as de ferramentas para que reflitam de forma crítica sobre a prática pedagógica individual e coletiva e assim possam combater toda forma de discriminação no ambiente escolar, preparando esses profissionais para atuarem junto à comunidade multicultural e multidisciplinarmente. (UFPI, 2009)

Também em 2010, foi instaurado o curso de extensão Educação para as Relações Étnico-Raciais faz parte do mesmo programa de implantação do curso de extensão em Gênero e Diversidade na Escola. O curso Relações Étnico-Raciais objetivou capacitar os professores e gestores voltados para a educação do Sistema de Educação Básica Piauiense, e atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. O público alvo esteve composto de gestores e potencialmente por professores do Ensino Fundamental, com carga horária total de 180

horas/aulas, desenvolvido nos polos de Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Esperantina, Inhuma e Picos. (UFPI, 2009)

Outro projeto que se destaca dentro do CEAD/UFPI é o “Programa Um Computador por Aluno” (PROUCA). Que tem como objetivo principal ser um projeto educacional, utilizando tecnologia, inclusão e adensamento da cadeia produtiva comercial no Brasil (BRASIL, 2011).

Este projeto atendeu inúmeras escolas no Piauí, beneficiando milhares de alunos e professores. As unidades escolares beneficiadas em cada município são: no município de Floriano foi contemplada a Escola Raimundinha Carvalho, na zona urbana, com 27 professores e 376 alunos; em Joaquim Pires, a Unidade Escolar José Mendes Vasconcelos, na zona urbana, com 16 professores e 456 alunos; em Oeiras, a Unidade Escolar Armando Burlamaque, zona urbana, com 42 professores e 475 alunos; Parnaíba, a Escola Professor José Rodrigues e Silva, na zona urbana, com 15 professores e 366 alunos; no município de União foi contemplada a Unidade Escolar Benedito Moura, na zona urbana, com 23 professoras e 311 alunos; em Piriipiri, a Escola Maria de Lourdes Assunção, na zona urbana, com 22 professores e 449 alunos; São João do Piauí, a Unidade Escolar Areolino de Abreu, na zona urbana, com 47 professores e 480 alunos; em Teresina, a Escola Maria de Jesus Almeida da Cunha, zona urbana, com 11 professores e 287 alunos, e em Nazária, a Escola Hilton Leite de Carvalho, na zona rural, com 17 professores e 469 alunos. (BRASIL, 2011).

No final de 2010 e início do ano de 2011, tivemos um marco na EaD da UFPI, com a conclusão da primeira turma de graduação na modalidade a distância, como mostramos anteriormente. Assim, neste mesmo período, aconteceu a implantação de projetos como a Plataforma Paulo Freire e o primeiro mestrado oferecido na modalidade EaD pela instituição, no caso o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), que é um programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade semipresencial com oferta em nível nacional. Foram ofertadas 40 vagas à sociedade, para aprimoramento da formação profissional dos professores da educação básica, especialmente os que estão lotados em escolas públicas. O programa é realizado na UFPI com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e da UAB.

A Plataforma Paulo Freire do Ministério da Educação é outra iniciativa que contribuiu para o crescimento da EaD no Piauí. Trata-se de uma ferramenta onde permite aos professores realizarem inscrições nos cursos ofertados, bem como, na plataforma Freire constitui toda a interatividade destes cursos. O programa oferece cursos de formação inicial, que são os cursos de graduação para professores que ainda não possuem ou desejam fazer

outro curso equivalente à área em que atuam, e cursos de formação continuada, para professores que já possuem graduação e querem complementar a formação com cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão.

Atualmente, de acordo com o site do sistema, a UFPI conta ao todo com 21 cursos e mais de sete mil alunos na modalidade EaD.

Esses dados estão distribuídos em 30 polos de apoio presencial, que são: Água Branca, Alegrete do Piauí, Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhumas, Piracuruca, São João do Piauí, Simões, Simplício Mendes, Uruçuí, Avelino Lopes, Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Jaicós, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Pio IX, Piripiri, Redenção do Gurgueia, União e Valença do Piauí.

Segundo uma das coordenadoras desses polos a professora Fátima Barros (2013), do polo de apoio presencial de Valença do Piauí, a vinda deste polo foi de grande importância, pois: “Valença contava com apenas uma universidade e eram poucos os cursos oferecidos, com isso a vinda do polo veio dar essa abertura de mais cursos e de mais oportunidades para as pessoas fazerem um curso de graduação e pós-graduação”



Figura 05: Professora Fátima Barros no laboratório de informática do polo de apoio presencial de Valença do Piauí
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A interiorização da Universidade Aberta do Piauí, com a abertura de diversos novos polos, fez com que aumentasse a quantidade de vagas oferecidas no nível superior, com isso possibilitando o ingresso de milhares de jovens na Universidade, como afirma a estudante de pedagogia do polo da UAB de Valença, Daniele Nogueira (2013):

A implantação da Universidade Aberta do Brasil em Valença do Piauí, foi uma grande conquista para nossa região, no sentido de ter oportunizado o ingresso de muitas pessoas nas Instituições de Ensino Superior, visando formar profissionais atuantes e transformadores da sociedade em que estão inseridas.

Estes cursos e projetos implantados proporcionam uma descentralização do ensino no estado, fazendo com que instituições e profissionais dos grandes centros cheguem até os municípios mais distantes, proporcionando um processo de ensino e aprendizagem mais longínquo e voltado para a realidade dos alunos e das pessoas que não podem fazer um curso presencialmente nos grandes centros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste estudo buscamos compreender a evolução histórico da EaD para a partir daí compreender como se deu o processo de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Isso se torna importante a partir do momento em que buscamos pesquisar esse sistema no Piauí, que se da com a implantação da UAPI.

A análise da implantação deste sistema no Piauí, só foi possível graças a análise minuciosa de documentos tais como: projetos de leis, Decretos, Editais, Portarias, Resoluções, Projetos Políticos pedagógicos de diversos cursos e vários outros. Tomei por base também algumas entrevistas realizadas por mim com alunos e com a coordenadora do pólo de apoio presencial de Valença do Piauí professora Fátima Barros.

A partir destes estudos percebi o quando este sistema esta sendo importante para a democratização ao acesso do Ensino Superior no Brasil, dando possibilidade a tantas pessoas que estavam impossibilitadas de frequentar, devido a tantos motivos, um curso integralmente presencial.

É claro que há necessidade de abertura de espírito, envolvimento, responsabilidade, organização, pesquisa e principalmente criticidade para compreendermos a importância deste sistema.

Podemos perceber que a pesquisa Histórica sobre este sistema é fundamental, pois por meio do curso dos acontecimentos e dos fatos históricos da UAPI começamos a entender suas origens e seu progresso e nos posicionarmos melhor diante das novas possibilidades e dos novos desafios que ela nos propõe.

Esta pesquisa não finaliza com a escrita deste trabalho, uma vez que a cada nova leitura, a cada documento pesquisado, a cada entrevista concedida surgem novas perguntas, novos questionamentos que nos fazem querer pesquisar ainda mais.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. **A história da EAD no Brasil**. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

BARROS, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues**, em 10 de agosto de 2013.

BELLONI, M. I. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BIANCO, Nelia R. Del. Aprendizagem por rádio. In. LITTO, Frederic. M. FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a Distância: estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 56-64.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº. 77**, de 20 de outubro de 2010. Disponível em: < <http://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/43868f>>. Acesso em: 30 de agosto. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº. 867**, de 07 de abril de 2006. Disponível em: < <http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/credenciamento.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto. 2013

_____. Ministério da Educação. **PROUCA**. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 31 abri. 2011.n.

_____. *Edital no 1*, de 20 de dezembro de 2006. Segunda Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 out 2006.

_____. **Edital no 1/2004-SEED-MEC**, Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 13 agosto. 2013.

_____. *Lei no 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEB. **Movimento de Educação de Base**: Relatório Anual do movimento de educação de base, Brasil, 1978.

_____. MEC. **Fórum das Estatais pela Educação**: diálogo para a cidadania e inclusão. Disponível em: (<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>> Acesso em: 13 agosto. 2013.

_____. Ministério da Educação. *Decreto no 5.800/2006*. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

_____. Ministério da Educação. *Portaria no 802*, de 18 de agosto de 2009. Implanta polos de apoio presencial referente ao Plano de Ações Articuladas (PAR) e aprova Instituições Públicas para oferta de cursos em polos do Sistema UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago.2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria no 803*, de 18 de agosto de 2009. Implementa o Sistema UAB com polos de apoio presencial oriundos do Programa Pró-Licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago.2009

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para a educação superior à distância**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 agosto. 2007.

_____. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 agosto. 2011.

_____. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988.

BULCÃO, R. Aprendizagem por *m-learning*. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.81- 86.

CARVALHO, Daniele Nogueira Santos. **Entrevista concedida a Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues**, em 18 de agosto de 2013.

CHAVES FILHO, Hélio. A Universidade Aberta do Brasil: estratégia para a formação superior na modalidade de EAD. **Fonte**. Janeiro/Junho de 2007, p. 85-91.

FIALHO ROCHA, Maria Oneide. **Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa**, em 30 de novembro de 2011.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling, O programa Pro-Licenciatura: gênese, construção e perspectivas. IN: **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2006.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

GUIMARÃES, Jane Mary; BRENNAND, Edna. **Educação a Distância: a —redel eliminando fronteiras**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. *Educação à distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro: s.n.1997.

LITTO F. M. e FORMIGA, M. **Educação a distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

MELO, Renato Lima. **Entrevista concedida a Brenno Gabriel de Sousa Rodrigues**, em 15 de agosto de 2013.

NISKIER, A. **Educação a Distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo, Loyola, 1999.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. 1 Capítulo do livro: **Educação a distância o estado da arte**. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Universidade Aberta: uma alternativa de Ensino Superior**. Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1985.

PIMENTEL, Nara Maria. **Educação aberta e a distância: análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no Ensino Superior do Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal**. Florianópolis, SC, 2006.

RAMOS, Wilsa Maria; MEDEIROS, Larissa. **A Universidade Aberta do Brasil: desafios da construção do ensino e aprendizagem em ambientes virtuais**. In: DE

SILVA, Anicleide Pereira da; RIBEIRO, Tiago Nery; SCHNEIDER, Henrique Nou. UNIREDE: uma proposta para o ensino público a distância no Brasil e as ações no Estado de Sergipe. **Scientia Plena**. [on line]. 2006, vol. 2, n. 7, pp. 74-81. SOUZA, Amaralina Miranda; FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; RODRIGUES, Maria Alexandra Militao (Orgs.), **Educação Superior a Distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009. p.37-63.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. **Relações de poder institucionais e práticas de assessoria no movimento de educação de base**. 101 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

UAB. **Home Page da Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 agosto. 2011.

UFPI. **Home Page da Universidade Federal do Piauí**. Disponível em: <<http://www.ufpi.edu.br>>. Acesso em: 10 agosto. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Educação Aberta e a Distancia **Manual de Editoração**: material didático impresso. Teresina, 2011.

_____. **Curso de Especialização em Gestão Pública**: modalidade a distância. Teresina, 2008.

_____. Projeto Pedagógico. **Curso de Especialização de Gestão em Saúde**: modalidade a distância. Teresina, 2009.

_____. Projeto Pedagógico. Projeto Pedagógico. **Curso de Bacharelado em Administração Pública**: modalidade a distância. Teresina, 2009.

_____. **Projeto de Criação do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD/UFPI)**. Teresina, 2005. 33.p.

_____. Projeto Pedagógico. **Curso de extensão em Gênero e Diversidade na Escola**: modalidade EaD. Teresina. 2009.

_____. Projeto Pedagógico. **Curso de extensão em Educação para as Relações Étnico-Raciais**: modalidade EaD. Teresina. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico. **Curso de Graduação em Administração**: modalidade a distância. Teresina, 2006.

_____. Projeto Pedagógico. **Curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Municipal na modalidade a distância**. Teresina, 2009.

ZUIN, Antonio A. S. Educação a Distância ou Educação Distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o Tutor e o Professor Virtual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 935-954, out. 2006.